

Adalberto Amorim Brito

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PARECIS - RO.**

RESOLUÇÃO Nº: 003 / 98

TÍTULO ÚNICO

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município; compõe-se de vereadores, eleitos nas condições e termos da legislação vigente e tem sua sede nesta cidade de Parecis. (LOM, §4º, art. 16)

Art. 2º - A Câmara tem funções legislativas e exerce atribuições da prática de atos: de administração interna, judicante e competências fiscalizadoras (C.F. art. 31) financeira e orçamentária, além de controlar e assessorar os atos do Executivo. (LOM, Arts. 40 a 43)

§1º. - a função legislativa consiste em deliberar por meio de leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município (Constituição da República, art. 30 e incisos, e LOM, arts. 40 e 61).

§2º. - A função fiscalizadora do Município será exercida pelo Poder legislativo Municipal mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (LOM, Art. 41), compreendendo:

- a) apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito;
- b) acompanhamento das atividades financeiras, orçamentárias e contábeis do Município; (LOM, Arts. 69 e §§)
- c) julgamento da regularidade das contas e dos atos dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos (LOM, Art 43 e incisos)

§3º. - A função de controle e de caráter político-administrativo e se exerce sobre o Prefeito, Secretários Municipais, Mesa do Legislativo e Vereadores; não se exerce sobre os agentes administrativos, sujeitos a ação hierárquica.

§4º. - a função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

§5º. - A função administrativas é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e a estruturação e direção de seus serviços auxiliares. (LOM, incisos de I à V, XIII, XX, XXI, XXIII e XXVII do art. 43)

2

Adalberto

Art. 3º - As sessões da Câmara, exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente, por local a sua sede (LOM, §4º do art. 17) considerando-se nulas as que forem realizadas fora dela.

§1º. - em caso de calamidade pública ou comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, proceder-se-á a escolha de outro local mediante votação, conforme quórum estabelecido na LOM. (§4º, art. 17).

§2º. - Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas às suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência.

Art. 4º - A Legislatura compreenderá quatro sessões legislativas, com início cada uma aos 15 de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano. (LOM, §1º, art. 17).

Art. 5º - O período de Recesso Legislativo está consignado no artigo 128 destc. (v. LOM, Art. 17 §1º)

SEÇÃO I

Da Instalação e da Mesa

Art. 6º - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dez horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, juntamente com o Prefeito e Vice-Prefeito, na forma regimental. (V. LOM art. 19)

Art. 7º - O prefeito, o Vice- prefeito e os Vereadores eleitos deverão apresentar seus diplomas à Secretaria Administrativa da Câmara até vinte e quatro horas antes da sessão de instalação.

Art. 8º - Na Sessão Solene de instalação observar-se-á o seguinte procedimento:

§1º - O Prefeito, o Vice- Prefeito e os Vereadores deverão apresentar, no ato da posse, documento comprobatório de desincompatibilização, sob pena de extinção do mandato.

§2º. - Na mesma ocasião e ao término do mandato, o Prefeito, o Vice- Prefeito e os Vereadores, devem fazer declaração de seus bens, que será transcrita em livro próprio. (LOM, §3º art. 29 e art.80)

Art. 9º - Aberta a Sessão, o Presidente convidará um Vereador para secretariar os trabalhos, que fará a chamada dos Vereadores para a entrega dos documentos enumerados nos §§ 1º e 2º do artigo anterior. Os Vereadores presentes serão empossados e prestarão juntos o compromisso, que será lido pelo Vereador mais idoso:

"PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM GERAL DO MUNICÍPIO, INSPIRADO NOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS".

Ato contínuo, os demais Vereadores, de pé, afirmam:

"ASSIM PROMETO".

Art. 10 – O Prefeito e o Vice-Prefeito, convidados pelo Presidente, prestarão compromisso e tomarão posse em seguida à os Vereadores, na mesma sessão solene de instalação da Câmara. (LOM. Art. 75)

★ Art. 11 – Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo justificado, aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este é declarado vago pelo Plenário (LOM. §1º art. 75). Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assume o Vice-Prefeito, se houver sido empossado, e na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§1º. - Em caso de impedimento definitivo do Prefeito e do Vice-Prefeito, antes da posse, assumirá o cargo o Presidente da Câmara, que convocará novas eleições dentro do prazo legal. (LOM. §2º art. 75)

★ Art. 12 – O Vereador que não tomar posse na data prevista no artigo 6º deverá fazê-lo dentro de quinze dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros. (LOM. §2º art. 29).

Art. 13 – Na falta de sessão ordinária ou Extraordinária, nos prazos indicados nos artigos 8º e 9º, a posse poderá ocorrer na Secretaria da Câmara, perante o Presidente ou seu substituto legal, observados todos os demais requisitos, devendo ser prestado compromisso na Sessão subsequente.

Parágrafo Único – Prevalecerão para os casos de posse superveniente ao início da Legislatura seja de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador ou Suplente, os prazos e critérios estabelecidos para o início da legislatura.

Art. 14 – a recusa do prefeito, vice-Prefeito, Vereador ou suplente em tomar posse importa em renúncia tácita do mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo, declarar extinto o mandato.

Art. 15 – Tendo prestado compromisso uma vez fica o suplente de Vereador dispensado de fazê-lo novamente, em convocações subsequentes. Da mesma forma proceder-se-á em relação à declaração pública de bens.

Art. 16 – Na sessão solene de instalação da Câmara, poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, um representante de cada bancada, o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e um Representante das autoridades presentes.

CAPÍTULO II

Da Mesa

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 17 – a Mesa da Câmara Municipal, com mandato de 2 (dois) anos consecutivos (LOM. Art. 31) liberada a recondução de seus componentes para disputarem os mesmos cargos compor-se-á do Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Secretários, os quais se substituirão nesta ordem. (LOM. Art. 32)

Parágrafo Único – Qualquer componente da Mesa, poderá ser destituído de seu cargo, desde que haja justificativa para tal, no voto de dois terços dos Vereadores da Câmara, quando ouvida a sua defesa prévia, por julgado ineficiente, faltoso e omissos no desempenho de suas atribuições regimentais e da Lei Orgânica, elegendo-se outro Vereador para o cargo, até, que se complete o mandato. (LOM. §2º, art. 32)

Art. 18 – As funções dos membros da Mesa cessarão:

I – pela posse a Mesa eleita para o mandato subsequente;

II – pela renúncia, apresentada por escrito;

III – Pela destituição;

IV – pela perda do cargo que ocupa na Mesa, ou extinção do mandato de Vereador.

Art. 19 – Os membros eleitos da Mesa assinarão o respectivo termo de posse.

Art. 20 – Dos membros da Mesa em exercício, apenas o Presidente não poderá fazer parte de comissões.

SEÇÃO II

Da Eleição da Mesa

Art. 21 – Imediatamente após a posse do Prefeito, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado, dentre os presentes, e, verificando-se a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão, por votação secreta, os

componentes da Mesa, cargo a cargo, que ficam, automaticamente, empossados. (LOM. art. 30)

§1º. – Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa. (LOM. §1º, art. 30)

§2º. – A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio, far-se-á no dia 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos, independentemente da transmissão de cargos, a contar de primeiro de janeiro do terceiro ano de cada legislatura. (LOM. §2º, art. 30)

§3º. – Na eleição da Mesa, para o segundo biênio da legislatura, ocorrendo a hipótese de não haver número legal, caberá ao Presidente ou seu substituto legal, cujos mandatos se findam, para convocação de sessões diárias, até que seja eleita a Mesa. (LOM. §1º, art. 17)

Art. 22 – A eleição da Mesa será feita por maioria simples de votos, presentes, pelo menos, a maioria dos membros da Câmara.

§1º. – O mandato da Mesa será de dois anos, liberada a recondução dos componentes da Mesa para disputarem os mesmos cargos. (LOM. art. 31)

§2º. – A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, vice-Presidente, do Primeiro e do Segundo Secretários, os quais se substituirão nesta ordem. (LOM. art. 32)

Art. 23 – Na eleição da Mesa, observar-se-á o seguinte procedimento:

I – realização por ordem do presidente, da chamada regimental para verificação do “quorum”;

II – preparação das cédulas, que serão impressas, minútiografadas, manuscritas ou datilografadas ou digitadas, rubricadas pelo Presidente e Secretário em exercício, com a indicação dos nomes da totalidade dos Vereadores, para cada cargo da Mesa;

III – preparação da folha de votação e de uma urna;

IV – Dita escolha (eleição) far-se-á em quatro (4) escrutínios, através de chamada nominal dos Vereadores, obedecida a ordem alfabética constante da Lista de Presença, os quais, um a um a serem chamados, depositarão seus votos em urna especialmente preparada para esse fim e instalada no recinto do Plenário, devidamente inspecionada pelo Presidente e Secretário em exercício, na seguinte ordem:

1. – para o Presidente;
2. – para o Vice-Presidente;
3. – para o 1º Secretário;
4. – para o 2º Secretário.

V – O Presidente em exercício tem direito a voto (v.R.I. – art. 34, I)

VI – A apuração dos votos será feita ao fim de cada escrutínio e, em seguida, o Presidente da Mesa em exercício fará a leitura dos votos, determinado a sua contagem e proclamará o eleito.

VII – Terminada a apuração, o Presidente em exercício dará posse a Mesa eleita.

VII – Terminada a apuração, o Presidente em exercício dará posse a Mesa eleita.

VIII – É liberada a reeleição de qualquer dos membros da Mesa para o mesmo cargo. (LOM. art. 31)

IX – O Vereador eleito para um dos cargos constantes do inc. IV deste artigo, não poderá, nos escrutínios subsequentes, ser novamente votado, sob a pena de anulação do voto ou dos a ele atribuídos.

X – Em toda eleição de membros da Mesa, os candidatos a um mesmo cargo que obtiverem igual número de votos, será tido como eleito o mais idoso.

SEÇÃO III

Da Vacância e da Ausência

Art. 24 – Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão seguinte, para completar o biênio do mandato, observado, no que couber, o disposto inciso IX do artigo 23 deste Regimento.

§1º. – Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais votado, entre os presentes assumirá a Presidência. (LOM. §1º, art. 32)

§2º. – Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição, para os cargo(s) a ser(em) preenchido(s), obedecendo a regra contida no artigo 32 da LOM., para se completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções, desde o ato de extinção ou perda do mandato, até a posse da nova Mesa. (LOM. v §2º, art. 32)

Art. 25 – A eleição da Mesa ou preenchimento de qualquer vaga far-se-á em votação secreta, observadas, onde couber, as exigências e formalidades estabelecidas pelo artigo 23 e seus incisos I, II, III, V, VI e X deste Regimento.

SEÇÃO IV

Da Competência da Mesa e de seus Membros

SUBSEÇÃO I

Das Atribuições da Mesa

Art. 26 – À Mesa, entre outras atribuições, compete:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos; (LOM. III, art. 35)

III – apresentar projetos de lei dispondo sobre autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento, por anulação parcial ou total da dotação da Câmara; (LOM. I, art. 35)

IV – promulgar pela Presidência a Lei Orgânica e suas emendas se aprovadas; (LOM. IV, art. 35, art. 37 e § II do art. 62)

V – representar, junto ao Executivo, sobre as necessidades de economia interna;

VI – contratar na forma da lei, por tempo determinado, pessoal ou serviço para atender à necessidade temporária e ou excepcional e de interesse público;

VII – representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

VIII – propor projetos de decreto legislativo, dispondo sobre:

- a) licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para afastamento do cargo;
- b) autorização ao Prefeito para, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
- c) fixação do subsídio e da verba de representação do Prefeito para a legislatura seguinte, sem prejuízo da iniciativa de qualquer Vereador na matéria;
- d) julgamento das contas do Prefeito, conforme decisão plenária.

IX – propor projetos de resolução dispondo sobre a fixação da remuneração dos Vereadores e verba de representação do Presidente da Câmara, para a legislatura seguinte, sem prejuízo da iniciativa de qualquer vereador na matéria.

X – elaborar e expedir atos sobre:

- a) a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como, sua alteração, quando necessária.
- b) Suplementação das dotações do orçamento da Câmara, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação, total ou parcial, de suas dotações orçamentárias.
- c) Atualização da remuneração dos Vereadores, nas épocas e condições previstas em lei.

Art. 27 – Declarar a vacância do cargo, pela perda, do mandato do Vereador, declarada pela Câmara nos casos:

I – previstos no §2º do artigo 58 da Lei Orgânica.

II – de morte.

III – de renúncia.

IV – improbidade administrativa do §3º do artigo 102 da LOM., nos casos de suspensão dos direitos políticos por tempo de superior ao mandato. (LOM. art. 36)

Art. 28 – Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidos emendas que aumentem a defesa prevista, ressalva emenda relativa ao inciso III do artigo 35 da LOM., se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores. (LOM. Parágrafo Único, art. 35)

Art. 29 – A Mesa deliberará sempre por maioria de seus membros.

Art. 30 – Compete ainda, exclusivamente à Mesa, pelo(s) componente(s) abaixo designado(s).

SUBSEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente

Art. 31 – O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas das atividades internas, competindo-lhes privativamente:

I – quanto às atividades legislativas:

- a) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição ainda não incluída na ordem do dia, ou que ainda não tenha parecer da Comissão, e, em havendo, lhe for contrário.
- b) Recusar o recebimento de substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial.
- c) Declarar prejudicada a proposição em face da rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo, salvo requerimento que consubstanciar reiteração de pedido não atendido ou resultante de modificação da situação de fatos anteriores.
- d) Fazer publicar os atos da Mesa, da Presidência, portarias, bem como as Resoluções e Decretos Legislativos, e as Leis que tiver de promulgar (LOM. art. 45, III, IV e V).
- e) Votar nos seguintes casos: (v. art. 34 deste Regimento)
 - 1) quando a matéria exigir o voto favorável de dois terços.
 - 2) Na eleição da Mesa.
 - 3) Quando houver empate em qualquer votação no Plenário.
- f) promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita, ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e o Prefeito não as haja promulgadas, bem como as emendas a Lei Orgânica aprovadas pelo Plenário. (LOM. art. 45)
- g) Expedir decreto legislativo de cassação do mandato de Prefeito e resolução de cassação do mandato do Vereador.

II – quanto às atividades administrativas:

- a) Comunicar a cada Vereador, por escrito, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, a convocação de sessões extraordinárias, durante o período normal ou de sessão legislativa extraordinárias, durante o recesso, quando esta ocorrer fora da sessão.
 - b) Autorizar o arquivamento e o desarquivamento de proposições.
 - c) Encaminhar pela Secretaria, processos às Comissões permanentes e incluí-los na pauta.
 - d) Zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como, dos concedidos às Comissões Permanentes e ao Prefeito.
 - e) Nomear os membros das Comissões Especiais, criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes substitutos.
 - f) Declarar a destituição de membros das Comissões permanentes nos casos previstos no artigo 91. §4º. deste Regimento.
 - g) Encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de contas do Estado. (LOM. inc. IX, art. 45)
 - h) Anotar, em cada documento, a decisão tomada.
 - i) Mandar anotar, em livros próprios. os precedentes regimentais, para solução de casos análogos.
 - j) Organizar, pela Secretaria, a ordem do dia, pelo menos vinte e quatro horas antes da sessão respectiva, fazendo dela constar obrigatoriamente, com ou sem parecer das comissões e os projetos de lei com prazo fatal de apreciação e submeter 'a discussão e votações a matéria nela constante.
 - l) Providenciar, no prazo máximo de quinze dias úteis, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, relativas a decisões, atos e contratos. (LOM. Art. 111)
 - m) Convocar a Mesa da Câmara, pelo menos uma vez a cada semestre.
 - n) Promover a execução das deliberações do Plenário.
 - o) Assinar a ata das sessões, os editais, as portaria e o expediente da Câmara.
 - p) Dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa, ou do Presidente de Comissão.
 - q) Dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que não foram empossados no primeiro dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores, quando for o caso.
 - r) Declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei.
 - s) Devolver à Tesouraria da Prefeitura saldo existente na Câmara ao final do exercício.
 - t) Assinar os autógrafos dos projetos de lei destinados à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo.
- III - quanto às sessões:

- a) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento.
 - b) determinar ao Secretário a leitura da ata e das comunicações dirigidas à Câmara.
 - c) determinar de ofício, ou a requerimento de qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença.
 - d) declarar a hora destinada ao Expediente, à Ordem do Dia, e aos prazos facultados aos oradores.
 - e) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão.
 - ☒ f) interromper o orador que se desviar da questão em debate, ou falar sem o respeito devido à Câmara, ou ainda a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à ordem e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias exigirem.
 - g) Chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito.
 - h) Estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações.
 - i) Decidir sobre o impedimento de Vereador para votar.
 - l) Anunciar o que se tenha de discutir ou votar e proclamar o resultado das votações.
 - m) Resolver, soberanamente, qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando omissa o Regimento.
 - n) Anunciar o término das sessões, convocando antes, os Vereadores à sessão seguinte.
 - o) Comunicar ao Plenário, na primeira sessão subsequente à apuração do fato, fazendo constar da ata a declaração da extinção do mandato, nos casos previstos no artigo 8º do Decreto-Lei Federal nº 201/67 e convocar imediatamente o respectivo suplente.
 - p) Presidir a sessão ou sessões de eleição da Mesa do período seguinte.
 - q) Anotar, em cada documento, a decisão do Plenário
- IV - quanto os serviços da Câmara Municipal:
- a) Promover e readmitir funcionários da Câmara, concedendo-lhes férias e abono de faltas.
 - b) Superintender o serviço da Secretaria da Câmara; autorizar, nos limites do orçamento, as suas despesas e requisitar o numerário ao Executivo. (LOM. art. 45, X, XI)
 - c) Apresentar ao plenário, até o dia 20 de cada mês o balancete relativo às verbas recebidas e às despesas do mês anterior.
 - d) Proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente.

Celino José de Andrade
1º Secretário

2.4.22

- e) Rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua secretaria, ou designar funcionários para fazê-lo, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes, se houverem.
- f) Fazer, ao fim de sua gestão, relatório dos trabalhos da Câmara.
- g) Nomear, exonerar, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, colocar em disponibilidade, demitir, aposentar e punir os servidores da Câmara Municipal.
- h) Abertura de sindicância e processos administrativos e aplicações de penalidades.
- V – quanto às relações externas da Câmara:
 - a) dar audiência pública na Câmara em dias e horas pré-fixados, ressalvado o disposto no artigo 1º, inciso, deste Regimento.
 - b) Superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo a de pronunciamento que envolvam ofensas às Instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceitos de raça, de religião ou de classe, que configurem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza
 - c) Manter, em nome da Câmara, todos os contatos com o Prefeito e demais autoridades
 - d) Encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formulados pela Câmara. (v. LOM, art. 43, XXII)
 - e) Contratar advogado, mediante autorização do Plenário, para a propositura de ações judiciais e, independentemente de autorização, para a defesa nas ações que forem movidas contra a Câmara ou contra ato da Mesa ou da Presidência.
 - f) Substituir o Prefeito na falta deste e do vice-Prefeito, completando, se for o caso, o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da legislação pertinente.
 - g) Solicitar a intervenção no município, por decisão absoluta da Câmara, nos casos admitidos pela C.F. (v. LOM, VII, do art. 45)
 - h) Interpelar judicialmente o Prefeito, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara, no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo das dotações orçamentárias
 - i) Convocar a Mesa da Câmara
 - l) Encaminhar para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado, ou órgão a que for atribuída tal competência (LOM art. 45, IX)
 - m) Fazer cumprir o Regimento Interno, bem como interpretá-lo. (LOM art. 45, II)
- VI – quanto à Polícia Interna:

- a) Policiar o recinto da Câmara com auxílio de seus funcionários, podendo requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna. (v. LOM, inc. VIII, art. 45)
- b) Permitir que qualquer cidadão assista às sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:
 - 1) apresente-se decentemente trajado;
 - 2) não porte armas;
 - 3) conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
 - 4) não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
 - 5) respeite os Vereadores;
 - 6) atenda às determinações da Presidência;
 - 7) não interpele os Vereadores.
- c) Obrigar a se retirar do recinto, para manter ordem, sem prejuízo de outras medidas, os assistentes que não observarem esses deveres, e julgando necessário, solicitar força para esse fim. (LOM, Art. 45, VIII)
- d) Se, no recinto da Câmara, for cometida qualquer infração penal, efetuar a prisão em flagrante, apresentado o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente; se não houver flagrante, comunicar o fato à autoridade policial competente, para instauração do inquérito;
- e) Admitir, no recinto do Plenário e em outras dependências da Câmara, o seu critério, somente a presença dos Vereadores e funcionários da Secretaria Administrativa, estes quando em serviço;
- f) Credenciar representantes dos órgãos da imprensa escrita, falada e televisada que solicitar, para trabalhos correspondentes a cobertura jornalística das sessões

Art. 32 – Compete, ainda, ao Presidente:

I – executar as deliberações do Plenário;

II – representar por decisão da Câmara sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal (LOM, art. 45, VI)

Art. 33 – Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposição à consideração do Plenário, mas para discutí-las, deverá afastar-se da Presidência, enquanto se tratar do assunto proposto

Art. 34 – O Presidente da Câmara, ou seu substituto legal, só terá voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara

III – quando houver empate em qualquer votação no Plenário (LOM, art. 26, incs. I, II, III e alínea “e” do inc. I do art. 31, deste Regimento Interno)

Art. 35 – À Presidência, estando com a palavra, é vetado interromper ou apartear.

Art. 36 – O Presidente em exercício será sempre considerado para efeito de "quorum" para discussão e votação do Plenário.

Art. 37 – A Verba de Representação da Presidência da Câmara será fixada por resolução, na forma estabelecida neste Regimento (art.) ?

SUB-SEÇÃO III

Da forma dos Atos do Presidente

Art. 38 – Os atos do presidente observarão o seguinte:

I – Ato numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- regulamentação dos serviços administrativos;
- nomeação de membros das Comissões Especiais de Inquérito, de Representação e Processante;
- Assuntos de caráter financeiro;
- Outros casos de competência da Presidência e que não estejam enquanto como portaria.

II – Portaria, nos seguintes casos:

- nomeação, remoção, readmissão, férias, abono de faltas, licenças, disponibilidade e demais atos dos funcionários da Câmara;
- outros casos determinados em lei ou resolução.

III – instruções, para expedir determinações aos servidores da Câmara.

SUBSEÇÃO IV

Das Atribuições dos Secretários

Art. 39 – Compete ao 1º Secretário:

I – Constatar a presença dos Vereadores ao abrir a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, com causa justificada ou não e consignar outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar o referido livro, ao final da sessão.

II – Fazer a chamada dos Vereadores, nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

III – Ler, podendo ser, alternadamente com o 2º Secretário, a matéria do expediente e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário.

IV – Verificar a inscrição dos oradores

V – Redigir ou superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da sessão, assinando-a justamente com o Presidente;

VI – Redigir as atas das sessões secretas e efetuar as transcrições necessárias.

VII – Assinar, os atos da Mesa, com os demais Membros.

VIII – Auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços da Secretaria e na observância deste Regimento.

Art. 40 – Compete ao 2º Secretário:

I – Assinar os atos da Mesa, com os demais membros.

II – Substituir o 1º Secretário na ausência, licença ou impedimento.

III – Auxiliar o 1º Secretário no desempenho de suas atribuições, quando da realização das sessões plenárias.

SEÇÃO V

Da Substituição da Mesa

Art. 41 – Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente, fora do Plenário, em sua falta, ausência, impedimento ou licença, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções. (v. LOM, V, art. 16 e art. 70, deste Regimento)

Art. 42 – Ausentes, em Plenário, os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para substituição em caráter eventual.

Art. 43 – Na hora determinada para o início da Sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os seus pares um Secretário. (LOM §1º art. 32)

Parágrafo Único – A Mesa, composta na forma deste artigo dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular

SEÇÃO VI

Da Extinção do Mandato da Mesa

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares

ART. 44 – As funções dos membros da Mesa cessarão quando ocorrer em algumas das hipóteses previstas nos incisos I, II, III, IV e V do artigo 18 deste Regimento.

Art. 45 – Na vacância de qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no expediente da primeira sessão ordinária seguinte para completar o mandato. (v. art. 24, deste Regimento)

SUBSEÇÃO II

Da Renúncia Da Mesa

Art. 46 – A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa, dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.

Art. 47 – Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo o mesmo as funções de Presidente.

SUBSEÇÃO III

Da Destituição Da Mesa

Art. 48 – Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante Resolução aprovada por dois terços, o mínimo, dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa. (LOM, art. 32, § 2º)

Parágrafo Único - É passível de destituição o membro da Mesa quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ou exorbite das atribuições a ele conferidas por este Regimento e pela LOM. (art. 32)

Art. 49 – O processo de destituição terá início por denúncia apresentada por Vereador, dirigida ao Plenário e lida pelo seu autor em qualquer fase da sessão, independentemente de prévia inscrição, obedecida a regra da última parte do inciso III do artigo 57 deste Regimento.

§1º – Na denúncia, deve ser mencionado o membro da Mesa faltoso, descritas circunstanciadamente as irregularidades que tiver praticado e especificadas as provas que se pretende produzir.

§2º – Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as

demais relativas ao procedimento de destituição competirão ao Vice-Presidente e, se este também for envolvido e esgotadas as substituições da Mesa, ao Vereador mais votado, não envolvido na denúncia entre os presentes. (v. inc. II, art. 115, deste Regimento)

§3º – O membro da Mesa, envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de destituição.

§4º – Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do §2º, e se for um dos Secretários, será substituído por qualquer Vereador, convidado por quem estiver exercendo a Presidência.

§5º – O denunciante e o denunciado ou denunciados são impedidos de votar na denúncia, não sendo necessária a convocação de suplente para esse ato.

§6º – Considerar-se-á recebida a denúncia, se for aprovada pela maioria absoluta dos Vereadores presentes, não envolvidos.

Art. 50 – Efetivada a denúncia, serão sorteados três Vereadores dentre os desimpedidos, para compor a Comissão Processante, sendo o 1º, sorteado o Presidente e o 2º, o Relator.

§1º – Da Comissão não poderão fazer parte o(s) denunciante(s) e os denunciados;

§2º – Constituída a Comissão Processante, o Presidente marcará reunião a ser realizada dentro das quarenta e oito horas seguintes;

§3º – Reunida a Comissão, o denunciado ou denunciados serão notificados dentro de três dias, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de dez dias;

§4º – Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo, ao final de vinte dias, seu parecer.

§5º – O denunciado ou denunciados poderão acompanhar as diligências da Comissão.

Art. 51 – Findo o prazo de vinte dias e concluído pela procedência das acusações, a Comissão deverá apresentar, na primeira sessão ordinária subsequente, projeto de resolução propondo a destituição do denunciado ou denunciados.

§1º – O projeto de resolução será submetido a discussão e votação uni- -cas, convocando-se os suplentes do denunciado ou dos denunciados para efeito de "quorum".

§2º – Os Vereadores, o relator da Comissão Processante e o denunciado ou denunciados terão, cada um, trinta minutos para discussão do projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.

§3º – Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente o relator da Comissão Processante e o denunciado ou denunciados, obedecida, quanto aos denunciados, a ordem utilizada na denúncia.

Art. 52 – Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu parecer, na primeira sessão ordinária subsequente, para ser lido na fase do expediente.

Art. 53 – A aprovação do projeto de resolução, pelo “quorum” de dois terços, dos membros da Câmara, implicará o imediato afastamento do denunciado ou dos denunciados, devendo a resolução respectiva ser dada à publicação, pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos nos termos deste Regimento, dentro do prazo de quarenta e oito horas, contados da deliberação do Plenário.

CAPÍTULO III

Do Plenário

SEÇÃO I

Da Utilização Do Plenário

Art. 54 – Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento na LOM. (v. LOM, art. 16)

§1º – O local é o recinto de sua sede;

§2º – A forma legal para deliberar é a sessão, regida pelos dispositivos referentes a matéria, estatuídos em leis ou neste Regimento.

§3º – O número é o “quorum” determinado em lei ou neste Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações;

§4º – A discussão e a votação de matéria pelo Plenário, constante da Ordem do Dia, só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara; e as sessões somente serão iniciadas com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara. (LOM, arts. 18 e 23)

§5º – O voto será público, salvo nos casos previstos nos incisos I, II, III, IV e V do art. 25 da LOM.

§6º – aplica-se às matérias, sujeitas à discussão e votação no Expediente, o disposto no presente artigo.

§7º – O Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo. (LOM, art. 24)

Art. 55 – As sessões da Câmara, exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente por local a sua sede considerando-se nulas as que se realizarem fora dela. (RI Art. 3º e LOM, §4º, art. 17)

§1º – Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou

constatada causa que impeça a sua utilização, poderão as sessões ser realizadas em outro local público, de preferência e próprio municipal, por deliberação, de 2/3 (dois terços) de seus membros; assim como as solenes, independentemente de calamidade pública, porém decidido pelo quorum retro mencionado. (v. LOM, §4º, art. 17)

§2º – Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas às suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência (R.I. §2º, art. 3º).

§3º – As sessões da Câmara serão públicas, ressalvada a exceção prevista no artigo 17 da Lei Orgânica do Município.

Art. 56 – Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

§1º – A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

§2º – A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador poderão assistir aos trabalhos no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais, municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita, falada ou televisada, que terão lugar reservado para esse fim.

§3º – Os convidados e visitantes ilustres que forem recebidos no Plenário, em dias de sessão, serão introduzidos por uma Comissão de Vereadores designada pelo Presidente.

§4º – A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Vereador que o Presidente designar para esse fim.

§5º – Os visitantes poderão discursar para agradecer a saudação que lhes for feita.

SEÇÃO II

Dos Líderes E Vice-Líderes

Art. 57 – Líder é o porta-voz autorizado da bancada do partido que participa na Câmara.

Art. 58 – Os Líderes e Vice-Líderes serão indicados à Mesa pelas respectivas representações partidárias, mediante ofício. Se, e enquanto não for feita a indicação, os Líderes e Vice-Líderes serão os Vereadores mais votados dentro da bancada, respectivamente. (v. LOM §2º e 3º do art. 46)

§1º – Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova comunicação à Mesa (v. LOM §3º, art. 46)

§2º – Os Líderes serão substituídos nas suas faltas, impedimentos e ausências no recinto pelos respectivos Vice-Líderes

Art. 59 – Compete ao Líder:

I - indicar os membros da bancada partidária, podendo ser ele próprio, nas Comissões Permanentes, bem como os seus substitutos;

II - encaminhar a votação, nos termos previstos neste Regimento (art. 224);

III - em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara, salvo quando se estiver procedendo a votação ou houver Orador na Tribuna.

§1º. - No caso do inciso III, deste artigo, poderá o Líder, se por motivo ponderável não lhe for possível ocupar pessoalmente a Tribuna, transferir a palavra a um dos seus liderados.

§2º. - O Líder ou o Orador por ele indicado que usar da faculdade estabelecida no inciso III deste artigo, não poderá falar por prazo superior a dez minutos.

Art. 60 - A reunião de Líderes, para tratar de assunto de interesse geral, realizar-se-á por proposta de qualquer deles.

Art. 61 - A reunião de Líderes com a Mesa, para tratar de interesse geral, far-se-á por proposta de qualquer deles ou por iniciativa do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO IV

Das Comissões

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 62 - As Comissões da Câmara serão:

I - Permanentes;

II - Especiais;

Art. 63 - Assegurar-se-á nas Comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara Municipal. (CF, §1º, art. 58)

Parágrafo Único - A representação dos partidos será obtida dividindo-se o número de membros da Câmara pelo número de membros de cada Comissão, e o número de Vereadores de cada partido pelo resultado assim alcançado, obtendo-se, então, o quociente partidário.

Art. 64 - Poderão assessorar os trabalhos das Comissões, desde que devidamente credenciados pelo respectivo Presidente, sem direito a voto, técnico de reconhecida competência na matéria em exame, desde que autorizado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Por motivo justificado, o Presidente da Comissão poderá determinar que a contribuição dos membros credenciados seja efetuada por escrito.

Art. 65 - Poderão as Comissões solicitar do Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara após deliberação do Plenário, todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram as proposições entregues a sua apreciação, mas desde que o assunto seja de competência das mesmas.

§1º. - Sempre que a Comissão solicitar informações do Prefeito, ou audiência preliminar de outra Comissão, fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 8º, §4º, deste Regimento, até o máximo de 15 (quinze) dias, findo qual deverá a Comissão exarar o seu parecer.

§2º. - O prazo não será interrompido quando se tratar de projeto "com prazo fatal para deliberação; neste caso, a Comissão que solicitou as informações poderá completar seu parecer até 48 (quarenta e oito) horas após as respostas do Executivo, desde que o projeto ainda se encontre em tramitação no Plenário. Cabe ao Presidente da Câmara diligenciar junto ao Prefeito, para que as informações sejam atendidas no menor espaço de tempo possível.

§3º. - As Comissões da Câmara diligenciarão junto às dependências, arquivos e repartições municipais, para tanto solicitadas, pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, as providências necessárias ao desempenho de suas atribuições regimentais. (LOM, Art. 51 e §1º, alínea "4" do §2º)

Art. 66 - As Comissões, por seus membros, poderá preparar, por iniciativa própria determinação regimental ou indicação do Plenário, projetos de Resolução ou de Decreto Legislativos, atinentes à sua especialidade ou formação.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

SUBSEÇÃO I

Da Composição das Comissões Permanentes

Art. 67 - As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar parecer.

Parágrafo Único - Cada Comissão Permanente será composta de três membros, sendo um deles o Presidente eleito entre seus membros.

Art. 68 - Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos Líderes de Bancada, para um período de dois (2)

ano, observada sempre a representação proporcional partidária.

Art. 69 - Não havendo acordo, proceder-se-á a escolha por eleição, votando cada Vereador em um único nome para cada Comissão, considerando-se eleitos os mais votados, de acordo com a representação proporcional partidária previamente fixada, se houver possibilidade.

§1º. - Proceder-se-á a tantos escrutínios quantos forem necessários para completar o preenchimento de todos os lugares de cada Comissão.

§2º. - Havendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do Partido, ainda não representado na Comissão.

§3º. - Se os empatados se encontrarem em igualdade de condições, será considerado eleito o mais votado na eleição para Vereador.

§4º. - A votação para constituição de cada uma das Comissões Permanentes far-se-á mediante voto a descoberto, em cédula separada, impressa, datilografada ou manuscrita, com indicação do nome do votado e assinado pelo votante.

Art. 70 - Os suplentes no exercício temporário da Vereança e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente da Mesa, no exercício da Presidência, nos casos de impedimento e licença do Presidente, nos termos do artigo 41, deste Regimento, será substituído nas Comissões Permanentes a que pertencer enquanto ocupar a Presidência.

Art. 71 - O preenchimento das vagas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia, será apenas para completar o mandato na Mesa.

SUB-SECÃO II

Da Competência Das Comissões Permanentes

Art. 72 - As Comissões Permanentes, na forma do Regimento Interno, em função da matéria de sua competência, cabe:

I - emitir pareceres e projetos de Lei em resoluções, em Decretos Legislativos e outros expedientes a elas distribuídos.

II - convocar Secretários municipais para prestarem informações inerentes às suas atribuições;

III - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissão de autoridades e entidades públicas municipais;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração direta e indireta;

VII - solicitar informação ou esclarecimento de qualquer autoridade

municipal.

VIII - apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento, emitindo pareceres, sobre eles;

Art. 73 - As Comissões Permanentes são quatro:

I - Justiça e Redação;

II - Finanças e Orçamento;

III - Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades;

IV - Educação, Saúde e Assistência Social;

Art. 74 - Compete à Comissão de Justiça e Redação, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quer a solicitação seja por imposição regimental ou por deliberação de Plenário.

§1º. - A Comissão de Justiça e Redação emitirá parecer sobre todos os processos que tramitem pela Câmara, ressalvados a Proposta Orçamentária (Plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual) e o parecer do Tribunal de Contas.

§2º. - Concluindo a Comissão de Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer ir a Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

Art. 75 - Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos e caráter financeiro e, especialmente sobre:

I - proposta orçamentária (plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual);

II - os pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado, relativos as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, concluindo por projeto de decreto Legislativo e projeto de Resolução respectivamente;

III - proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, bem como verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara;

V - as que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

Art. 76 - Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Outras Atividades, emitir parecer sobre todos os processos atinentes a realização de obras e execução de serviços pelo Município, Autarquias, Entidades Paraestatais, e concessionárias de serviços públicos, e outras atividades administrativas ou privadas

sujeitas à deliberação da Câmara, e outras atividades que digam respeito a transporte, comunicação, indústria, comércio e agricultura e sobre todas as matérias relacionadas com o meio ambiente, a flora, a fauna e os recursos hídricos do Município, mesmo que se relacionam com atividades privadas, mas sujeitos a deliberação da Câmara.

Parágrafo Único – À Comissão de obras e serviços públicos compete, também, fiscalizar a execução do Plano Diretor de desenvolvimento Integrado.

Art. 77 – Compete a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social emitir parecer sobre os processos referentes à educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico, ao esporte, à higiene e saúde públicas e às obras assistenciais.

Art. 78 – As Comissões Permanentes somente poderão deliberar com a presença da maioria de seus membros.

SUB-SEÇÃO III

Do Presidente Das Comissões Permanentes

Art. 79 – As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger o respectivo Presidente.

Art. 80 – Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I - convocar reuniões da Comissão, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, avisando, obrigatoriamente, todos os integrantes da Comissão, prazo este dispensado se contar no ato da Convocação, a presença de todos os membros;

II - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

III - receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe relator, inclusive a si próprio, se assim entender;

IV - zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão, com auxílio da secretaria da Câmara;

V - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI - conceder vista, aos membros da Comissão somente para as proposições em regime de tramitação ordinária, e pelo prazo de dois dias;

VII - solicitar a Presidência, mediante ofício, substituto para os membros da Comissão;

VIII - anotar, no livro de Protocolo da Comissão, os processos recebidos e expedidos, com as respectivas datas;

Art. 81 – O Presidente da Comissão Permanente poderá funcionar como relator e terá direito a voto (v. inc. III do art. 80 deste Regimento Interno)

Art. 82 – Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer

membro, recurso ao Plenário, obedecendo-se o previsto no art. 199 deste Regimento.

Art. 83 – Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente de Comissão dentre os presentes, se desta reunião conjunta não estiver participando a Comissão de Justiça e Redação, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao Presidente desta Comissão.

Art. 84 – Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão reunir-se mensalmente sob a presidência do Presidente da Câmara, se por ele for convocada a reunião, para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e assentar providências sobre o melhor e mais rápido andamento das proposições.

SUBSEÇÃO IV

Das Audiências das Comissões Permanentes

Art. 85 – Ao Presidente da Câmara compete, dentro do prazo improrrogável de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento das proposições, encaminhá-la, se for o caso, por sua secretaria, as Comissões competentes, uma por vez, ou através de cópias, para exararem pareceres.

§1º – Os projetos de lei de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência, serão enviados as Comissões Permanentes pelo Presidente, na forma do "caput" deste artigo, dentro do prazo de 3 (três) dias da entrada na Secretaria Administrativa, independente da leitura no Expediente da sessão.

§2º – Os projetos de lei de iniciativa dos Vereadores, com solicitação de urgência, serão enviados as Comissões Permanentes pelo Presidente, na mesma sessão em que forem recebidos, ou dentro de vinte e quatro horas.

§3º – Recebido qualquer processo, o Presidente da Comissão designará relator, independentemente de reunião, podendo reservá-lo a sua própria consideração, (v. inc. III do art. 80 e art. 81 deste R.I.)

§4º – O prazo para a Comissão exarar parecer será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão, salvo o disposto no §1º do art. 65 deste Regimento

§5º – O Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias para designar o relator, a contar da data do recebimento do processo.

§6º – O relator designado terá o prazo de 7 (sete) dias para a apresentação do parecer.

§7º – Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer.

§8º – Quando se tratar de projetos de lei de iniciativa do Prefeito (LOM, art. 65) ou de iniciativa de pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores, em que tenha sido

solicitada urgência, observar-se-á o seguinte:

- a) o prazo para a Comissão exarar parecer será de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da matéria pelo seu Presidente;
 - b) o Presidente da Comissão terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para designar relator, a contar da data do seu recebimento;
 - c) o relator designado terá o prazo de 2 (dois) dias para apresentar parecer, findo o qual, sem que o mesmo tenha sido apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá parecer;
 - d) findo o prazo para a Comissão designada emitir o seu parecer, o processo será enviado a outra Comissão, ou incluído na Ordem do Dia, sem o parecer da Comissão, se já não tiver sido enviado pelo sistema de cópias faltosa.
 - e) Não se aplica, no regime de urgência o estabelecido no §2º do art. 86, deste Regimento.
- §9º. - Caso a proposição não deva ser objeto de deliberação, o Presidente da Câmara determinará o seu arquivamento, ressalvado ao interessado o direito de recurso.

Art. 86 - Quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer, separadamente, sendo a Comissão de Justiça e Redação ouvida sempre em primeiro lugar e a de Finanças e Orçamento em último.

§1º. - Quando um Vereador pretender que uma Comissão manifeste-se sobre determinada matéria, requere-lo-á por escrito, indicando, obrigatoriamente e com precisão, a questão a ser apreciada, sendo o requerimento submetido a votação do Plenário, sem discussão. O pronunciamento da Comissão versará, no caso, exclusivamente, sobre a questão formulada.

§2º. - Esgotados os prazos concedidos às Comissões, o Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente do pronunciamento do Plenário, designará um Relator Especial, para exarar parecer dentro do prazo improrrogável de () dias.

§3º. - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, a matéria será incluída na Ordem do Dia, para deliberação, com ou sem parecer, ocasião em que a mesma se fará verbal, em Plenário, antes de iniciativa a discussão.

Art. 87 - É vedado a qualquer Comissão manifestar-se:

- I - sobre constitucionalidade ou legalidade da proposição, em contrário ao parecer da Comissão de Justiça e Redação;
- II - sobre a conveniência ou a oportunidade de despesa em oposição ao parecer da Comissão de Finanças e Orçamento;
- III - sobre o que não for de sua atribuição específica, ao apreciar as proposições submetidas a seu exame.

Art. 88 - Os membros da mesma comissão permanente poderão deliberar em conjunto ou separadamente observado o inciso III do art. 89 e §2º e 3º do art. 90 deste

Regimento.

SEÇÃO III

Dos Pareceres

Art. 89 - Parecer é deliberação, o pronunciamento da Comissão Permanente sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

Parágrafo Único - O parecer será escrito, ressalvado o disposto no art. 169, deste Regimento, poderá constar de três partes:

- I - exposição da matéria em exame;
- II - conclusões do relator:
 - a) com sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade, constitucionalidade total ou parcial do projeto, se pertencer a Comissão de Justiça e Redação;
 - b) com sua opinião sobre a conveniência e oportunidade da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, se pertencer a alguma das demais comissões
- III - decisão da Comissão, por cada um de seus membros, o oferecimento, se for o caso, de substitutivo ou emenda.

Art. 90 - Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do relator, valendo como voto.

§1º. - O relatório somente será transformado em parecer favorável se aprovado pela maioria dos membros da Comissão, se isto não ocorrer o parecer será contrário.

§2º. - A simples aposição da assinatura, sem qualquer outra observação implicará a concordância total do signatário com a manifestação do relator.

§3º. - Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I - Pelas conclusões, quando favorável às conclusões do relator mas com diversa fundamentação;

II - Aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas novos argumentos a sua fundamentação;

III - Contrário, quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

SEÇÃO IV

Das Vagas, Licenças E Impedimentos Nas Comissões Permanentes

Art. 91 - As vagas das Comissões Permanentes verificar-se-ão:

- I - com a renúncia;
 - II - com a destituição;
 - III - com a perda do mandato de Vereador.
- §1º. - A renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato

acabado e definitivo, desde que manifestada por escrito, a Presidência da Câmara.

§2º. - Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, injustificadamente, a cinco reuniões consecutivas, não mais podendo participar de qualquer Comissão Permanente durante o biênio, salvo deliberação contrária de 2/3 (dois terços) do Plenário.

§3º. - As faltas às reuniões da Comissão Permanente poderão ser justificadas, no prazo de cinco dias, quando ocorrer justo motivo, tais como: doença, nojo ou gala, desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município, que impeçam a presença do Vereador.

§4º. - A destituição dar-se-á por simples representação de qualquer Vereador dirigida ao Presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a sua não-justificativa em tempo hábil, declarará vago o cargo na Comissão Permanente.

§5º. - O Presidente da Comissão Permanente poderá também ser destituído, quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário, iniciado por representação subscrita por qualquer vereador sendo-lhe facultado o direito de defesa no prazo de dez dias e cabendo a decisão final ao Presidente da Câmara.

§6º. - O Presidente da Comissão, destituído nos termos do parágrafo anterior não poderá participar de qualquer Comissão Permanente durante o biênio.

§7º. - O Presidente da Câmara preencherá, por nomeação ou eleição, as vagas verificadas nas Comissões Permanentes, de acordo com a indicação do Líder do Partido a que pertencer o substituindo, não podendo a nomeação recair sobre renunciante ou o destituído, observando no que couber o disposto no artigo 69 deste Regimento.

Art. 92 - O Vereador que se recusar a participar das Comissões Permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas, não poderá ser nomeado para integrar Comissão de Representação da Câmara, no período da Legislatura, salvo deliberação contrária de 2/3 (dois terços) do Plenário, em votação de 2 (dois) turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias.

Art. 93 - No caso de licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do Líder do partido a que pertença a vaga.

§1º. - A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

§2º. - Não poderão ser votados ou indicados os Vereadores licenciados e os suplentes.

CAPÍTULO V

Das Comissões Temporárias (ou Especiais)

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 94 - Comissões Temporárias são aquelas que se destinam a elaboração e apreciação e estudos de problemas municipais e a tomada posição da Câmara em outros assuntos de reconhecida relevância, e a representação da Câmara em congressos, solenidade ou outros atos públicos. (LOM. v. art. 49)

Art. 95 - O Vereador que pedir a Constituição de uma Comissão temporária, será o Presidente da mesma, sendo que a sua composição será feita de forma que assegure a representação dos partidos com assento a Câmara, exceto nos casos previstos nos arts. 115, §5º e 117, §2º deste Regimento. (LOM. art. 50 e v. R.I. § do art. 117)

Parágrafo Único - Cabe ao Presidente da Câmara a designação dos Vereadores que comporão as Comissões.

Art. 96 - As Comissões Especiais criadas por deliberação do Plenário, serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer Vereador, salvo exceções previstas neste Regimento, durante o Expediente, e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituírem, cessando suas funções quando finalizadas as deliberações sobre o objeto proposto.

§1º. - As Comissões Especiais serão compostas de 3 (três) membros, salvo expressa deliberação em contrário da Câmara.

§2º. - As Comissões Especiais tem prazo determinado para apresentar relatório de seus trabalhos, marcado pelo próprio requerimento (observado o disposto no parágrafo único dos artigos 105 e prorrogação autorizada pelo artigo 109, deste Regimento) de constituição ou pelo Presidente da Câmara. (v. LOM. art. 51)

§3º. - Não será criada comissão especial enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos três, salvo deliberação por parte da maioria dos membros da Câmara.

§4º. - Aplicam-se, subsidiariamente, às Comissões Temporárias, ao que couber e desde que não colidentes com os desta Seção, os dispositivos concernentes às Comissões Permanentes.

Art. 97 - As Comissões Temporárias Especiais poderão ser:

I - Comissões Parlamentares de Inquérito;

II - Comissões de Representação;

III - Comissões de Investigação e Processantes.

SEÇÃO II

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 98 - As Comissões Parlamentares de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal.

Art. 99 - As Comissões Especiais de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara. (LOM. art. 51)

Parágrafo Único - O requerimento de constituição deverá conter:

- a) a especificação do fato ou fatos a serem apurados;
- b) prazo de funcionamento;
- c) o número de membros que integrarão a Comissão não podendo ser inferior a três;
- d) a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.

Art. 100 - Apresentado o requerimento, o Presidente o submeterá ao Plenário, devendo constar de resenha, e com destaque, implicando sua não aceitação, que requer maioria simples, o imediato arquivamento.

Parágrafo Único - Consideram-se impedidos os Vereadores que estiveram envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que foram indicados para servir como testemunha.

Art. 101 - Composta a Comissão Especial de Inquérito, seus membros elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator, e se for o caso o Presidente.

Art. 102 - Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar funcionários, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Parágrafo Único - A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.

Art. 103 - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

Art. 104 - Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

Art. 105 - Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente: (v. LOM art. 51 e §§)

- I - proceder as vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

2 - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

3 - transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

Parágrafo Único - É de trinta dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 106 - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, através de seu Presidente:

- 1, determinar as diligências que reputarem necessárias;
- 2, requerer a convocação de Secretário Municipal;
- 3, tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
- 4, proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta.

Art. 107 - O não atendimento às determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário. (LOM. §4º, art. 51)

Art. 108 - As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho prescritas no art. 342 do Código Penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.

Art. 109 - Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, se Presidente requerer a prorrogação igual prazo, observado o disposto no parágrafo único do art. 105 deste Regimento, e o requerimento for aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Esse requerimento considerará-se aprovado se obtiver o voto favorável de um terço dos membros da Câmara.

Art. 110 - A Comissão concluirá seus trabalhos por relatório final, que deverá conter:

- I - a exposição dos fatos submetidos a apuração;
- II - a exposição e análise das provas colhidas;
- III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existente;
- V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e

a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para adoção das providências reclamadas.

Art. 111 – Considera-se Relatório Final o elaborado pelo Relator eleito desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão. Se aquele tiver sido rejeitado, considera-se Relatório Final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 112 – O relatório será assinado primeiramente por quem redigiu e em seguida, pelos demais membros da Comissão.

Parágrafo Único – Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado nos termos do §3º do artigo 91.

Art. 113 – Elaborado e assinado o Relatório Final, será protocolado na Secretaria da Câmara, para ser lido em Plenário, na fase do expediente da primeira sessão ordinária subsequente.

Art. 114 – A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

O Relatório Final independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

SEÇÃO III

Das Comissões De Representação

Art. 115 – As Comissões de Representação tem por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§1º – As Comissões de Representação serão constituídas:

a) mediante projeto de resolução, da Mesa, aprovado por maioria simples e submetida a discussão e votação únicas na Ordem do Dia da sessão seguinte a da sua apresentação, se acarretar despesas;

b) mediante requerimento, de qualquer Vereador, submetido a discussão e votação únicas na fase do expediente da mesma sessão de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§2º – No caso da alínea “a” do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo de três dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

§3º – Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

- a) a finalidade;
- b) o número de membros;
- c) o prazo de duração;
- d) a sua fundamentação.

§4º – Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara que poderá, a seu critério, integrá-la ou não, observada, sempre que possível, a representação proporcional partidária.

§5º – A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou primeiro dos signatários da Resolução, quando dela não faça parte o Presidente ou o Vice-Presidente da Câmara.

§6º – Os membros da Comissão de Representação requererão licença a Câmara, quando necessária;

§7º – Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos da alínea “a” do parágrafo primeiro, deverão apresentar relatório ao Plenário das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de dez dias após o seu término.

SEÇÃO IV

Das Comissões de Investigações e Processantes

Art. 116 – As Comissões de Investigações e Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções;

II - destituição dos membros da Mesa, nos termos dos artigos 48 a 53 deste Regimento.

Art. 117 – As Comissões Processantes serão constituídas mediante denúncia de cidadão, Vereador ou Comissão Especial de inquérito, ao Presidente da Câmara, e conterá, de forma precisa e clara, os fatos imputados como de má fé, devidamente acompanhados de provas.

§1º – Recebida a denúncia, o Presidente a submeterá ao Plenário, na Hora do Presidente, devendo constar da resenha em item separado e com destaque, sob o título “Infração Político-Administrativa”, para aceitação prévia da mesma, por maioria absoluta, implicando a sua não aceitação, o imediato arquivamento.

§2º – Aceita a denúncia, após votação nominal, serão imediatamente escolhidos por sorteio, três integrantes da Comissão Processante, dentre os Vereadores não impedidos, a qual será presidida pelo primeiro sorteado, tendo como relator o segundo.

§3º – Em ocorrendo, durante os trabalhos da Comissão, morte, renúncia ou substituição do Vereador por motivo previsto neste Regimento e na Lei Orgânica do Município, a vaga será preenchida por sorteio.

§4º. – Aplicam-se ao processo de cassação os princípios de discricionariedade procedimental, de ampla defesa e do equilíbrio entre as partes, garantindo-se a participação tanto do denunciante, como do denunciado.

§5º. – A Comissão terá que se ater exclusivamente ao objeto da denúncia, sendo vedado a inclusão de fatos ou assuntos não pertinentes.

§5º. – Quando a denúncia for oferecida por Vereador ou Comissão de Inquérito, estes ficarão impedidos de votar a aceitação prévia e a cassação do mandato, bem como participar da Comissão Processante.

§7º. – A Comissão concluirá seus trabalhos por Relatório Final, que deverá conter:

I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;

II - a exposição e análise das provas;

III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos.

§8º. – Se no relatório final a Comissão Processante optar pelo arquivamento face a inexistência dos fatos, será o mesmo arquivado após leitura em Plenário, na Hora do Presidente.

§9º. – Se comprovados os fatos, a Comissão de Justiça e Redação apresentará Projeto de Resolução propondo a cassação do denunciado, que será aprovado por decisão de dois terços dos membros da Casa.

CAPÍTULO VI

Da Secretaria Administrativa

Art. 118 – Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa, por Portaria, ou Ordem de Serviço, baixada pelo Presidente.

Parágrafo Único – Todos os serviços da Secretaria Administrativa serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários

Art. 119 – A nomeação, admissão e exoneração, demissão e dispensa dos servidores da Câmara competem a Mesa, de conformidade com a legislação vigente (v. LOM Incisos II e III do art. 35)

Art. 120 – Todos os serviços da Câmara, que integram a Secretaria Administrativa, serão criados, modificados ou extintos por Resolução; a criação ou extinção de seus cargos, bem como a fixação de seus respectivos vencimentos serão por lei, de iniciativa privativa da Mesa (v. LOM inc. II, art. 33)

Art. 121 – Poderão os Vereadores interpelar a Presidência sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou, ainda,

apresentar sugestões sobre os mesmos, através de proposição fundamentada.

Art. 122 – A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art. 123 – Os atos administrativos, de competência da Mesa e da Presidência, serão expedidos com observância das seguintes normas:

I – Da Mesa

Ato, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

1. elaboração e expedição da discriminação analítica das dotações ornamentárias da Câmara, bem como alteração, quando necessária.
2. suplementação das dotações do Orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias. (v. LOM, inc. III, art. 33)
3. provimento e vacância dos cargos da Secretaria Administrativa, bem como promoção, comissionamento, concessão de gratificações e licenças, disponibilidade e aposentadoria de seus funcionários, nos termos da lei;
4. abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades.
5. outros casos como tais definidos em lei ou resolução.

II – Da Presidência

Portaria: numerada em ordem cronológica, nos seguintes casos:

1. regulamentação dos serviços administrativos.
2. nomeação de comissões especiais, especiais de inquérito e de representação.
3. assuntos de caráter financeiro.
4. designação de substitutos nas comissões.
5. outros casos de competência da Presidência e que não estejam enquadrados como ato.
6. remoção, readmissão, férias, abono de faltas dos funcionários da Câmara.
7. outros casos determinados em lei ou resolução.

Parágrafo Único – A numeração de Atos da Mesa e de Portarias da Presidência, obedecerá a cada período legislativo

Art. 124 – As determinações do Presidente aos servidores da Câmara serão expedidas por meio de instruções, observado o critério do parágrafo único do artigo anterior

Art. 125 – A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer munícipe, que tenha legítimo interesse no prazo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá

atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz. (LOM. art. 111)

Art. 126 – A Secretaria Administrativa terá os livros e fichas necessários aos seus serviços e, especialmente, os de:

I – termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e da Mesa;

II – declaração de bens;

III – atas das sessões da Câmara;

IV – registros de leis, decretos legislativos, resoluções, Atos da Mesa, portarias e instruções da Presidência;

V – cópia de correspondência oficial;

VI – protocolo, registro e índice de papéis, livros e processos arquivados;

VII – protocolo, registro e índice de proposições em andamento e arquivadas

VIII – licitações e contratos para obras e serviços;

IX – termo de compromisso e posse de funcionários;

X – contratos em geral;

XI – contabilidade e finanças;

XII – cadastramento dos bens móveis. (LOM. art. 113)

§1º. – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário designado para tal fim.

§2º. – Os livros porventura adotados nos serviços da Secretaria Administrativa poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, convenientemente autenticados.

CAPÍTULO VII

Das Sessões Legislativas

SEÇÃO I

Das Sessões Legislativas Ordinária e Extraordinária

Art. 127 – A Legislatura compreenderá quatro sessões legislativas, com início cada uma a 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro de cada ano e a complementação nos recessos, completando-se o ano civil. (v. LOM. §§1º e 5º do art. 17)

Art. 128 – Serão considerados como de recesso legislativo os períodos de 16 de dezembro a 14 de fevereiro e de 1º a 31 de julho, de cada ano. (v. LOM. §3º e incisos, art. 17).

Art. 129 – Sessão legislativa ordinária é correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano. (LOM. inc. I do §3º, art. 17)

§1º. – Por sessão legislativa ordinária, anual entende-se o período mencionado no artigo 128, deste Regimento, e as sessões ordinárias só são desenvolvidas neste período e independem de convocações. (v. LOM. arts. 17, §1º)

* §2º. – A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias e do projeto de Lei do Orçamento. (LOM. §2º, art. 17)

Art. 130 – Sessão legislativa extraordinária é a correspondente ao funcionamento da Câmara no período de recesso, podendo, no entanto, serem realizadas sessões extraordinárias no período destinado (art. 128) a sessão legislativa ordinária.

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 131 – As sessões da Câmara são as reuniões que a Câmara realiza quando do seu funcionamento e serão públicas salvo deliberação em contrário do Plenário, tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, e poderão ser: (v. LOM. art. 17)

I – Ordinárias;

II – Extraordinárias;

III – Secretas;

IV – Solenes.

Parágrafo Único – As sessões mencionadas neste artigo, serão realizadas no recinto da Câmara Municipal, exceto as solenes, se assim decidir a maioria, presente a maioria absoluta; assim como as outras sessões, em casos de calamidade pública (v. LOM. §4º do art. 17)

Art. 132 – As sessões da Câmara, excetuadas as solenes, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara (LOM. art. 18)

Art. 133 – As sessões ordinárias serão semanais realizando-se as segundas-feiras, com início às 20:00 horas (LOM. inc. I, §3º, art. 17)

Parágrafo Único – Recaindo a data de alguma sessão ordinária num feriado ou ponto facultativo, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, salvo decisão do Plenário, antecipando-a ou transferindo-a para outro dia. (v. LOM. §1º, art. 17)

SUBSEÇÃO II

Da Duração Das Sessões

Art. 134 - Excetuadas as solenes, as sessões da Câmara terão a duração máxima de 4 (quatro) horas, com a interrupção de 15 (quinze) minutos, no caso das ordinárias, entre o final do Expediente e o início da Ordem do Dia, podendo ser prorrogadas por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§1º - O pedido de prorrogação de sessão, quer seja a requerimento de Vereador ou por deliberação do Presidente da Câmara, será para tempo determinado ou para terminar a discussão e votação de proposição em debates, não podendo ser objeto de discussão, si quer o pedido.

§2º - Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação dos trabalhos, será votado o que determinar menor prazo. Quando os pedidos simultâneos de prorrogação forem para prazos determinados e para terminar a discussão e votação, serão votados os de prazo determinado.

§3º - Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou menor ao que já foi concedido.

§4º - Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados a partir de 10 (dez) minutos antes do término da Ordem do Dia, e, nas prorrogações concedidas, a partir de 5 (cinco) minutos antes de esgotar-se o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

SUBSEÇÃO III

Da Publicidade Das Sessões

Art. 135 - Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa, se esta comparecer espontânea e graciosamente, através de licitação, em havendo recursos para tal.

Art. 136 - Deverão os debates da Câmara ser irradiados por emissora local, quando houver, que será considerada oficial, se vencer a licitação para essa transmissão, havendo recursos.

SUBSEÇÃO IV

Da Atas Das Sessões

Art. 137 - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

§1º - Os documentos apresentados em sessão e as proposições serão indicados

apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento pedindo transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§2º - A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente por escrito, deve ser requerida ao Presidente, que não poderá negá-la.

§3º - A ata da sessão anterior será lida e votada, sem discussão, na fase do expediente da sessão subsequente.

§4º - Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§5º - Cada Vereador poderá falar uma vez e por dois sobre a ata, para pedir a sua retificação, ou impugná-la.

§6º - Solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito, aceita a impugnação, será a mesma retificada ou lavrada uma nova, quando for o caso.

§7º - Votada e aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário.

Art. 138 - A ata da última sessão de cada Legislatura será redigida e submetida a aprovação do Plenário, com qualquer número, antes de se encerrar a sessão, sem que isso ocorra, será tida como aprovada.

SEÇÃO II

Das Sessões Ordinárias

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 139 - As sessões ordinárias compõem-se de três partes, a saber:

I - Expediente;

II - Ordem do dia;

III - Explicação Pessoal.

Parágrafo Único - Entre o final do Expediente e o início da Ordem do Dia, haverá um intervalo de 15 (quinze) minutos. (v. LOM, Art. 133)

Art. 140 - À hora do início dos trabalhos, verificada pelo 1º Secretário ou seu substituto a presença dos Vereadores pelo respectivo Livro e havendo número legal de pelo menos um terço dos Vereadores da Câmara, o Presidente declarará aberta a sessão. (v. LOM, Art. 18)

§1º - Não havendo número legal para a instalação, o Presidente aguardará quinze minutos, após o que declarará prejudicada a sessão, lavrando-se ata resumida do ocorrido que independe de aprovação.

§2º - Instalada a sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta

dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do Expediente, passando-se imediatamente, após a leitura do expediente, à fase reservada ao uso da Tribuna.

§3º - Não havendo oradores para falar, antecipar-se-á o início da Ordem do Dia, e, observando o prazo de tolerância de quinze minutos, o Presidente declarará encerrada a sessão, lavrando-se ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

§4º - As matéria constantes do Expediente, inclusive a ata da sessão anterior, que não forem votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos Vereadores, passarão para o Expediente da Sessão Ordinária seguinte.

§5º - A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da sessão, a requerimento de Vereador ou por iniciativa do Presidente, e sempre será feita nominalmente, constando de ata os nomes dos ausentes.

SUBSEÇÃO II

Do Expediente

Art. 141 - O Expediente destina-se à leitura e votação da ata da sessão anterior, à leitura resumida das matérias recebidas do Executivo e de outras origens, discussão e votação de requerimentos, à apresentação de proposições pelos Vereadores e ao uso da Tribuna, na forma do artigo, deste Regimento.

§1º - O Expediente terá a duração máxima e improrrogável de 2 (duas) horas a partir da hora fixada para o início da sessão.

§2º - as proposições dos Vereadores e do Prefeito deverão ser encaminhadas, impreterivelmente, até às 17 horas do dia da sessão ordinária, ao Diretor da Secretaria da Câmara e por ele serão recebidas, protocoladas em ordem cronológica de apresentação, rubricadas e numeradas, para entrega ao Presidente no início da sessão.

Art. 142 - Instalada a sessão e inaugurada a fase do Expediente, o Presidente determinará ao 1º Secretário a leitura da ata da sessão anterior.

Art. 143 - Lida e votada a ata, o Presidente determinará aos Secretários a leitura da matéria do expediente, devendo ser obedecida a seguinte ordem:

I - Expediente recebido do Prefeito;

II - Expediente recebido de diversos;

III - Expediente apresentado pelos Vereadores.

§1º - Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

a) projetos de lei;

b) emenda da Lei Orgânica do Município;

c) projeto de lei complementar;

d) projetos de decreto legislativo;

e) requerimentos;

f) indicações;

g) recursos;

h) moção;

i) projetos de resolução.

§2º - Dos documentos apresentados no Expediente serão fornecidas cópias, quando solicitadas pelos interessados.

Art. 144 - Terminada a leitura das matérias mencionadas no artigo anterior, o Presidente destinará o tempo restante da Hora do Expediente para debates e votações e ao uso da Tribuna, obedecida a seguinte preferência:

I - Ser debatido e enfim apreciado e votado pelo plenário, parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação quando ocorrer.

II - discussão e votação de requerimentos;

III - uso da palavra, pelos Vereadores, versando sobre tema livre;

§1º - A chamada dos Vereadores para uso da palavra, obedecerá a ordem de inscrição constante do livro próprio, prevalecendo, para sessão subsequente.

§2º - O prazo para o orador usar da tribuna, na discussão de requerimentos e pareceres, nos termos dos incisos I e II deste artigo, será, improrrogavelmente, de 10 (dez) minutos, não sendo permitidos apartes e a cessão ou reserva de tempo nesta fase, para outro orador que não o inscrito.

§3º - O prazo para o orador usar da tribuna para abordar tema livre (inciso III, deste artigo) será dividido entre os Vereadores inscritos para este fim pelo tempo restante do Expediente, sendo permitida a solicitação da partes, bem como a cessão ou reserva de seu tempo a outro orador, desde que, neste caso, esteja regularmente inscrito.

§4º - Ao orador que, por esgotar o tempo reservado ao Expediente, for interrompido em sua palavra, será assegurado o direito de ocupar a tribuna, em primeiro lugar, na sessão seguinte, para completar o tempo regimental.

§5º - As inscrições dos oradores, para o Expediente, serão feitas em livro especial, de próprio punho, e sob a fiscalização do 1º Secretário.

§6º - O Vereador que, inscrito para falar no Expediente, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista organizada.

SUBSEÇÃO III

Ordem do Dia

Art. 145 - Findo o Expediente, por ter-se esgotado o seu prazo ou, ainda, por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental a que alude o artigo 133, trata-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.

§1º - Ordem do Dia é a fase da sessão onde são discutidas e deliberadas as matérias previamente organizadas em pauta.

§2º - efetuada a Chamada Regimental, a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores, não havendo número legal a sessão

será encerrada nos termos registrada §4º do art. 140.

Art. 146 – Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões, ressalvadas os casos de tramitação de urgência especial (art. 165, deste Regimento) e os de convocações extraordinárias da Câmara (arts. 148 e 150)

§1º - O 1º Secretário, a pedido do Presidente, procederá a leitura das matérias que se tenham de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§2º - A votação das matérias proposta será feita na forma determinada nos capítulos referentes ao assunto.

§3º - A organização de pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

- a) matérias em regime especial;
- b) vetos e matérias em regime de urgência;
- c) emenda à lei Orgânica;
- d) matérias em discussão e votação única;
- e) matérias em 2ª discussão e votação;
- f) matérias em 1ª discussão;
- g) recursos.

§4º - Obedecida a classificação do parágrafo anterior, as matérias figurarão, ainda, segundo a ordem cronológica de antigüidade.

§5º - A disposição da matéria na Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de Urgência Especial, Preferência, Adiamento ou Vistas, mediante requerimento apresentado no início da Ordem do Dia, ou no seu transcorrer, e aprovado pelo Plenário.

Art. 147 – Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário, na Ordem do dia, o Presidente anunciará, sumariamente, a pauta dos trabalhos da próxima sessão, concedendo em seguida, a palavra para Explicação Pessoal.

SUBSEÇÃO IV

Da Explicação Pessoal

Art. 148 – A Explicação Pessoal é destinada à manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a sessão que no exercício do mandato, o orador terá o prazo máximo e de dez minutos para o uso da palavra.

§1º - A inscrição para falar em Explicação Pessoal será solicitada durante a sessão e anotada, cronologicamente, pelo 1º secretário, que encaminhará ao Presidente, prevalecendo os mesmos critérios do §3º do artigo 144, deste regimento.

§2º - Não poderá o orador desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal, nem ser aparteado, ficando vetado ceder tempo. Em caso de infração, o orador será

advertido pelo Presidente, e, na reincidência, terá a palavra cassada.

§3º - O Vereador que tiver o seu nome envolvido na Explicação Pessoal, e não estando inscrito para falar, e não concordando com a fala do orador no que se refere ao envolvimento de seu nome, encerrada a locução, pedirá a palavra, pela ordem, e autorizado pelo Presidente, em prazo igual usará da tribuna independentemente de inscrição.

§4º - Não havendo mais oradores para falar em Explicação Pessoal, o Presidente declarará encerrada a sessão, ainda que antes do prazo regimental de encerramento. A sessão não poderá ser prorrogada para uso da palavra em Explicação Pessoal.

SEÇÃO III

Das Sessões Extraordinárias Na Sessão Legislativa Ordinária

Art. 149 – As sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara ou por dois-terços de seus membros, exceção no caso do Parágrafo Único do artigo 19, em que o Prefeito poderá solicitar a convocação. (v. LOM. art. 19 e Parágrafo Único)

§1º - O Presidente convocará os Vereadores em sessão ou fora dela. (v. LOM. art. 22)

§2º - Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, sempre com antecedência mínima de vinte quatro horas.

§3º - As sessões extraordinárias poderão realizar-se em qualquer hora e dia, inclusive nos domingos e feriados.

§4º - Se a sessão extraordinária não será remunerada.

Art. 150 – Na sessão extraordinária não haverá parte do expediente, nem a de Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo destinado à ordem do Dia, após leitura e deliberação da ata da sessão anterior.

Parágrafo Único – Aberta a sessão extraordinária, com a presença de um-terço dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva ata, que independerá de aprovação.

Art. 151 – Só poderá ser discutidas e votadas nas sessões extraordinárias as proposições que tenham sido objeto da convocação, exceção a aprovação ou não da ata da sessão anterior (LOM, Parágrafo Único do art. 22).

Art. 152 – Será admitida a apresentação de projetos de lei, de resolução ou de decreto legislativo nas sessões extraordinárias, desde que o assunto de que cuidem tenha sido objeto do edital de convocação.

SEÇÃO V

Das Sessões Na Sessão Legislativa Extraordinária

(Período de recesso – art. 129, primeira parte, deste regimento)

Art. 153 – A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente, durante o recesso, por solicitação do Prefeito, cumprida as exigências do parágrafo único do art. 19 da LOM, ou por dois terços dos Vereadores, sempre que necessário mediante ofício ao seu Presidente para se reunir no mínimo dentro de dois dias.

§1º - O Presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos Vereadores, nos termos do §1º do art. 149.

§2º - Se a convocação ocorrer fora de sessão, a comunicação aos Vereadores deverá ser pessoal e por escrito, devendo ser-lhes encaminhada vinte e quatro horas, no máximo após o recebimento do ofício de convocação.

§3º - A Câmara poderá ser convocada para uma única sessão, para um período determinado de várias sessões em dias sucessivos, ou para todo o período de recesso.

§4º - Se do ofício de convocação não constar o horário da sessão ou das sessões a serem realizadas, será obedecido o previsto Regimento para as sessões ordinárias.

§5º - A convocação extraordinária da Câmara implicará a imediata inclusão do projeto, constante da convocação, na Ordem do Dia, dispensadas todas as formalidades regimentais anteriores, inclusive a de pareceres das Comissões Permanentes, por escrito.

§6º - Se o projeto constante da convocação não contar com emendas ou substitutivos, a sessão será suspensa por trinta minutos após a sua leitura e antes de iniciada a fase da discussão, para o oferecimento daquelas proposições acessórias, podendo esse prazo ser prorrogado pelo Plenário.

§7º - Continuará a correr, na sessão legislativa extraordinária, e por todo o período de sua duração, o prazo a que estiverem submetidos os projetos, objeto da convocação.

§8º - Nas sessões da sessão legislativa extraordinária não haverá a fase do Expediente, nem a de Explicação Pessoal sendo todo seu tempo destinado a Ordem do Dia, após a leitura e deliberação da ata da sessão anterior, sendo aplicável, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 150 deste regimento.

SEÇÃO V

Das Sessões Secretas

Art. 154 - A Câmara realizará sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria de dois terços de seus membros, em requerimento escrito, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar. (v. LOM, art. 17)

§1º - O Presidente convocará os Vereadores em sessão ou fora dela.

§2º - Deliberada a sessão secreta, e se para a realizar for necessário interromper a sessão pública, o Presidente determinará aos assistentes a retirada do recinto e de suas dependências, assim como os funcionários da Câmara e representantes da imprensa; determinará, também, que se interrompa a gravação dos trabalhos, quando houver.

§3º - A ata será lavrada pelo 1º Secretário e, lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa.

§4º - As atas assim lacradas só poderão ser reabertas para exame secreto, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§5º - Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates reduzir seu discurso por escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referentes à sessão.

§6º - Antes de encerrada a sessão, o Plenário decidirá após discussão se a matéria debatida deverá ser publicada, no todo ou em parte.

Art. 155 - A Câmara não poderá deliberar sobre qualquer proposição, em sessão secreta, salvo no seguinte caso:

1. Na votação de decreto legislativo concessivo, de título de cidadão honorário ou qualquer honraria ou homenagem.

SEÇÃO VI

Das Sessões Solenes

Art. 156 - As sessões solenes, não remuneradas, serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação do Plenário, mediante, neste último caso, de requerimento aprovado por maioria simples, para o fim específico que eles for determinado, podendo ser para a posse e instalação da Legislatura, bem como destinando-se às solenidades cívicas e oficiais.

§1º - Essas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e independentemente de "quorum" para a instalação e desenvolvimento.

§2º - Não haverá Expediente, Ordem do Dia e Explicação Pessoal nas sessões solenes, inclusive, dispensadas a verificação de presença e a leitura da ata da sessão anterior.

§3º - Nas sessões solenes, não haverá tempo determinado para o seu encerramento.

§4º - Será elaborado, previamente e com ampla divulgação, o programa a ser